
Tradução, Diferença, Excepção. Apontamentos para uma reflexão em torno da língua nas literaturas africanas homoglotas: o “exemplo” de Mia Couto

Elena Brugioni

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/eces/629>

DOI: 10.4000/eces.629

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Elena Brugioni, « *Tradução, Diferença, Excepção. Apontamentos para uma reflexão em torno da língua nas literaturas africanas homoglotas: o “exemplo” de Mia Couto* », *e-cadernos CES* [Online], 10 | 2010, colocado online no dia 01 dezembro 2010, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/629> ; DOI : 10.4000/eces.629



TRADUÇÃO, DIFERENÇA, EXCEPÇÃO. APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO EM TORNO DA LÍNGUA NAS LITERATURAS AFRICANAS HOMOGLOTAS: O “EXEMPLO” DE MIA COUTO

ELENA BRUGIONI

CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS, UNIVERSIDADE DO MINHO

Resumo: Este artigo propõe um itinerário crítico em vista de uma reflexão que se prende com as relações subjacentes e apontadas pela língua como meio de representação estética e, logo, política. Analisando as fisionomias linguísticas e as problemáticas críticas contidas e apontadas pela escrita literária de Mia Couto, pretende-se reflectir em torno de alguns paradigmas teóricos e operacionais cruciais para repensar o que vem sendo definido como prática humanística.

Palavras-chave: Mia Couto, língua portuguesa, literatura moçambicana, literaturas africanas homoglotas, teoria pós-colonial.

INTRODUÇÃO

Há como um terramoto no chão da escrita, uma linguagem em estado de transe, [...]. Linguagem criadora de desordem, capaz de converter a língua num estado de caos inicial, ela suporta um transtorno que é fundamental porque fundador de um reinício. João Guimarães Rosa é um ensinador de ignorâncias de quanto carecemos para entender um mundo que só é legível na margem dos códigos da escrita (Mia Couto, 2005).

Um dos traços mais singulares da proposta literária de Mia Couto prende-se com um conjunto de fisionomias linguísticas inéditas que configuram diferentes aspectos do idioma português na sua condição de língua literária e, ao mesmo tempo, de elemento de edificação do “projecto nacional” moçambicano (Couto, 2007b). As estratégias que se detectam na escrita deste autor – e que de um ponto de vista fenomenológico parecem responder a uma lógica de “provincianização” da língua (Chakrabarty, 2000) – sugerem

uma prática estética e, logo, política que visa desconstruir a *dimensão institucional e instrucional* – isto é, *mediadora* – da língua portuguesa no seu alcance de representação cultural e identitária, configurando-a, simultaneamente, como *lugar de inscrição* de instâncias culturais próprias do contexto representado – isto é, problematizado – nesta literatura. Apresentando um *português outro* e, logo, uma língua libertada do “pacto exclusivo com uma única nação” (Manifeste, 2007), a escrita de Mia Couto proporciona uma reflexão crítica em torno das dinâmicas de intervenção literária e cultural da contemporaneidade, configurando-se como um “exemplo”¹ (Agamben, 1995) no que concerne à questão linguística nas chamadas literaturas africanas homóglotas.² As solicitações que se apresentam através de uma análise da escrita deste autor constituem pontos de partida para uma problematização em torno de paradigmas críticos cruciais do que vem sendo definido como “pós-colonial no espaço-tempo de língua oficial portuguesa” (Santos, 2001), configurando o texto literário como lugar seminal para um itinerário teórico situado e “mundano”³ (Said, 2004) cujas implicações epistemológicas contribuem para uma reflexão em torno da própria prática humanística. Por via de categorias conceptuais tais como *relação*, *tradução*, *diferença* surge a possibilidade de uma reflexão crítica que a partir de uma problematização da língua na escrita de Mia Couto bem como nas chamadas literaturas africanas homóglotas, procura re-pensar as instâncias teóricas e operacionais que pautam a prática humanística. Deste modo, *língua*, *representação*, *comunidade* e *exceção* representam pontos-chave da reflexão epistemológica que se pretende desenvolver, configurando-se como constelações críticas matriciais para (re)pensar a literatura como *lugar de problematização* dos paradigmas de leitura da contemporaneidade.

¹ O recurso à categoria de “exemplo” tal como esta é teorizada por Giorgio Agamben (1995) pretende evidenciar as relações que a fisionomia linguística da escrita de Mia Couto parece estabelecer com outras propostas literárias africanas homóglotas, contribuindo para a desconstrução de processos de recepção exotizantes e salientando, deste modo, a dimensão de “inclusão exclusiva” (Agamben, 1995: 26) que configura a escrita deste autor numa dimensão contextual alargada. Neste sentido, a escrita de Mia Couto é *exemplar* na medida em que: “exibe o seu pertencer ao caso normal” [tornando-se] um paradigma no sentido etimológico do termo (Agamben, 1995: 27).

² Com literaturas homóglotas [omeoglotte] entendem-se “todos os textos escritos fora da Europa em línguas similares às aquelas europeias e contudo não exactamente as mesmas. Por outras palavras, os ‘ingleses’ falados fora da Inglaterra, as variedades de Francês utilizadas em África e nas Caraíbas, o Espanhol dos Estados Unidos da América, o Português do Brasil, de Angola ou de Moçambique” (Centro di Studi sulle Letterature Omeoglotte dei Paesi Extraeuropei: http://www2.lingue.unibo.it/postcolonial_studies_centre/centrehistory.htm) [15/12/2010]. Veja-se também Albertazzi *et al.*, 2004.

³ Mundano e/ou Mundanidade [*Worldly / Worldliness*] representam conceitos-chave da teorização crítica e epistemológica de Edward Said; a este propósito o próprio Said salienta: “De um ponto de vista cultural, através do termo *mundanidade* pretende-se salientar que todos os textos e todas as representações estão no mundo e são sujeitos as suas numerosas e heterogêneas realidades, contaminações e envolvimentos” (Said, 2004: 31-56; tradução minha).

1. LÍNGUA: AMBIGUIDADE(S) E RELAÇÃO. TRADUÇÃO E DIFERENÇA

O português é o pilar mais forte para a construção da unidade nacional e esta é uma situação contraditória: é preciso que este português seja um português nosso uma coisa que é sentida como nossa e que nos diferencia dos outros que falam as outras línguas portuguesas (Mia Couto *apud* Brugioni *et al.*, 2010).

Na observação crítica da fisionomia linguística da escrita de Mia Couto um dos pressupostos gerais a considerar é a *ambiguidade funcional* e *simbólica* da língua portuguesa no contexto social, cultural e – obviamente – político moçambicano, destacando-se como um dos elementos fulcrais para a inscrição da proposta literária coutiana na dimensão fenomenológica de uma intervenção cultural “situada” (Hall, 1990). Este aspecto torna-se particularmente emblemático uma vez que é relacionado com as especificidades de um contexto como o moçambicano onde a língua portuguesa – similarmente a outros contextos africanos⁴ – é caracterizada por um conjunto de atribuições simbólicas, históricas, políticas e socioculturais problemáticas e, ao mesmo tempo, específicas⁵. O carácter comunitário de cariz essencialista e hegemónico que tem caracterizado o idioma de raiz europeia quer em época colonial quer no pós-independência,⁶ constitui o elemento emblemático desta *ambiguidade funcional* e, logo, *simbólica* que caracteriza a língua portuguesa, tornando a subversão linguística da escrita deste autor numa proposta que coloca problemáticas contextuais e teóricas relevantes. Por outras palavras, a feição *diferencial* que caracteriza a escrita de Mia Couto, uma vez que observada na sua relação com o contexto em que se inscreve, reveste-se de um sentido ulterior, apontando simultaneamente para dinâmicas de *rotura* e *continuidade* no que diz respeito às práticas de intervenção cultural na chamada colonialidade e, ao mesmo tempo, à urgência de pluralidade que se situa como um dos imperativos culturais na construção de uma “moçambicanidade” literária (Matusse, 1998) e, logo, de uma modernidade cultural. Ao mesmo tempo, este processo de inovação linguística, frequentemente considerado como uma especificidade da escrita deste autor, uma vez que é observado dentro do chamado *cânone da literatura moçambicana*⁷ ou

⁴ Refiro-me, por exemplo, à escolha da língua portuguesa como única língua oficial diferentemente de outras nações africanas onde o idioma europeu partilha este estatuto político com outras línguas, habitualmente definidas como autóctones. Em Moçambique as línguas autóctones gozam do estatuto político de *línguas nacionais*.

⁵ Neste sentido, veja-se Gregório Firmino (2002).

⁶ Pense-se no debate ocorrido nas páginas das diferentes revistas culturais e literárias moçambicanas em torno do uso da língua portuguesa na literatura moçambicana.

⁷ A este propósito veja-se: “José Craveirinha, ex-colonizar a literatura, um programa para a sociedade pós-colonial” in Basto, 2006: 251-283.

ainda relacionado com o que se poderá definir como *perspectiva contextual interna*⁸ adquire uma dimensão fenomenológica mais complexa. Por exemplo, situando a escrita de Mia Couto num horizonte de perspetivação não apenas “*lusófono*”, a subversão linguística que pauta a obra deste autor parece inscrever-se numa linha de intervenção literária que tem caracterizado as literaturas africanas homóglotas no pós-independência, apontando para as dinâmicas de “autoctonização e relexificação linguísticas” (Zabus, 2007) que se detectam em outras “literaturas africanas eurófonas” (*idem*). No que diz respeito a um plano metodológico, o contraponto entre a escrita de Couto e as propostas que surgem nas literaturas africanas de língua inglesa e francesa contribuiria para a neutralização de uma especificidade frequentemente atribuída à escrita deste autor – pelo menos nos contextos de língua portuguesa – e que determina a consolidação de processos de exotização desta proposta literária. A este propósito, a categoria da “Relação” (Glissant, 1990) constitui o conceito-chave através do qual é necessário ler a escrita deste autor, quer numa perspetiva nacional moçambicana quer noutra fundamentada numa perspetivação contextual mais abrangente. Aliás, o conceito de *Relação* representa a instância crítica crucial para a observação desta literatura, configurando-se simultaneamente como um contra-paradigma epistemológico refundador para reposicionar a fisionomia linguística da escrita de Mia Couto e, logo, a sua recepção. Por outro lado, numa perspetiva geral, uma operacionalização do conceito de *Relação* no que concerne à crítica das *literaturas africanas homóglotas* proporcionaria um itinerário teórico capaz de neutralizar as dicotomias que pautam o debate em torno das opções linguísticas nas literaturas africanas, ainda hoje marcado por uma alternância ideológica entre autenticidade e universalidade. Com efeito, no que diz respeito aos contextos africanos pós-independência, a questão da língua que as diferentes literaturas nacionais *deviam* utilizar tem representado um dos debates mais complexos e todavia longe de se esgotar. As posições paradigmáticas e opostas tomadas por Chinua Achebe (1975) e Ngũgĩ wa Thiong’o (1987) têm determinado o surgir de duas linhas de pensamento antitéticas ainda marcantes da questão linguístico-literária africana. Para além das questões específicas que os diferentes posicionamentos estéticos e políticos realçam, o debate em torno da escolha linguística nas literaturas africanas pós-independência salienta especialmente a centralidade da língua na colonização europeia em África e, por conseguinte, o seu papel matricial nos processos de edificação nacional e de autodeterminação política e, logo, cultural. Ao mesmo tempo, a dicotomia entre o *autêntico* [línguas autóctones] e o *universal* [línguas coloniais] que, em geral, fundamenta

⁸ Refiro-me obviamente a uma dimensão contextual africana ou ainda regional que se tornaria operacional por via de um contraponto entre diferentes literaturas africanas homóglotas.

as diferentes posições assumidas por Chinua Achebe e Ngugi wa Thiong'o – permanecendo ainda central na crítica das literaturas africanas – não parece ilustrar a situação linguístico-literária africana cuja complexidade requer um aparato epistemológico que não permanece vinculado a um pensamento de cariz dicotómica e, logo, que se funda numa desmontagem do cânone ocidental. Neste sentido, torna-se fundamental a observação das “modalidades” (Ashcroft, 2001) que caracterizam as escolhas linguísticas e, logo, uma problematização situada que se prende com as relações que estas opções pretendem estabelecer no que diz respeito ao contexto em que se inscrevem. No que concerne a opção de escrita na chamada língua colonial – tal como é o caso de Mia Couto – a reflexão crítica prende-se forçosamente com as modalidades de desconstrução – ou melhor, de *descolonização* (Zabus, 2007) – linguística levadas a cabo pelo autor, sem porventura esquecer o carácter individual e criativo destas opções. A este propósito, e procurando inviabilizar um equívoco marcante da recepção crítica da escrita deste autor, é útil salientar que a língua desta escrita não constitui um elemento representativo – isto é universal – da situação sociolinguística moçambicana (Gonçalves, 2000). Aliás, as manipulações e as desconstruções que se detectam nesta literatura não são determinadas por uma reprodução literária do português de Moçambique ou ainda dos processos de autoctonização do idioma português no contexto moçambicano (idem). Ao contrário, a fisionomia linguística da escrita de Couto situa-se na dimensão de uma prática literária e cultural onde a dimensão fenomenológica da “*tradução*” parece desempenhar um papel crucial. Para além de representar um lugar literário seminal na escrita coutiana⁹, a tradução constitui uma prática cultural, linguística e obviamente política central, apontando para instâncias cruciais no que diz respeito à relação língua(s), identidade(s), contexto(s) e representação.

A escrita é uma casa que eu visito mas onde não quero morar. O que me instiga são as outras línguas e linguagens, sabedorias que ganhamos apenas se de nós mesmos nos soubermos apagar. Da minha língua materna eu aspiro esse momento em que ela se desidioma, convertendo-se num corpo sem mando de estrutura ou de regra. O que eu quero é este desmaio gramatical, em que o português perde todos os sentidos. Neste momento de caos e perda, a língua é permeável a outras razões, deixa-se mestiçar e torna-se mais fecunda. (Couto, 2009)

⁹ A literatura de Mia Couto é pautada por uma centralidade – implícita ou manifesta – da figura do *tradutor* e, logo, da prática da *tradução*; entre os muitos casos pense-se, por exemplo, no romance *O Último Voo do Flamingo* (2000) onde *tradução* e *tradutor* excedem emblematicamente a dimensão linguística, apontando para dimensões de mediação, negociação e re-definição culturais e identitárias.

Aliás, o trabalho de manipulação linguística cabe numa lógica de *tradução* na língua portuguesa de determinantes linguístico-culturais específicas que, em última análise, não visa reproduzir a “variedade em formação do português de Moçambique” (Gonçalves, 1996) mas sim utilizar o idioma do colonizador como “dispositivo de rotura e de afastamento de uma língua dominante” (Basto, 2006: 266). Neste sentido, a *tradução* não representa apenas uma prática linguística mas desempenha a função de uma prática estética e política onde a negociação entre elementos linguísticos e culturais heterogéneos é facultada pela inscrição na língua portuguesa de uma pluralidade de repertórios específicos, facultando o surgir do que se poderia definir como “terceiro código”¹⁰ (Zabus, 2007). Por conseguinte, a língua – portuguesa e literária – da escrita de Mia Couto responde a uma *alteridade traduzida* – isto é, uma *diferença* – neutralizando a lógica de autenticidade linguística e cultural subjacente à coexistência de diferentes idiomas simbólica e politicamente conotados. O que surge por este trabalho de manipulação que “acontece na língua mas a ultrapassa” (Leite, 2003) responde, numa dimensão fenomenológica, a uma *língua alheia* – à norma europeia bem como à moçambicana – edificada por via de um processo de *tradução* de idiomas, códigos, registos e repertórios intrínseca e simbolicamente heterogéneos e configurando o texto literário como lugar de enunciação da *diferença*.

2. RECEPÇÃO: AUTENTICIDADE E EXOTISMO

Tem gente que fica ofuscada com o seu exercício da língua [...]. E falam até que ele inventou uma língua para falar sozinho. Os mais gramáticos chamam-lhe nomes feios como *logoteta*, *subvertor*, *desarrumador* de regras. [...] Parece-me que, como o adivinho diante do cesto de adivinhação, o Mia Couto organiza as palavras da infância e paga o preço de ter passado pela poesia. [...] Passou-se para a prosa mas ficou preso nas malhas das experiências primeiras: levantar as saias da língua e experimentar-lhe a pele (Ana Paula Tavares, 2003).

A fisionomia singular da escrita de Mia Couto e, logo, a inscrição na língua portuguesa de uma *diferença* tem suscitado reacções variadas e problemáticas, contribuindo, ao mesmo tempo, para o surgir de um *corpus* crítico significativo. No que diz respeito à recepção da obra de Couto em contexto português – ou, mais em geral,

¹⁰ A definição de *terceiro código*, formulada por Chantal Zabus (2007) e fundamentada na relação simbólica, política e contextual com a noção de *Terceiro Mundo* [*Third World*], torna-se uma categoria crítica e operacional particularmente significativa na medida em que permite salientar a dimensão de *alteridade* linguística, apontando simultaneamente para os processos de tradução que a determinam.

européu – esta é caracterizada por uma “obsessão”¹¹ (Rothwell, 2004) linguística, tornando-se o sintoma de uma recepção imperfeita que aponta de imediato para um conjunto de relações de feição [neo]-colonial. Aliás, ensaios, artigos e textos que se debruçam sobre os chamados *miacoutismos*, à procura da *função logotética*¹² ou que visam estabelecer relações imediatas entre idioma português, linguagem literária e “variante moçambicana” constituem o *corpus* crítico quantitativamente mais significativo surgido em torno da obra deste autor.¹³ Ao mesmo tempo, o paradigma subjacente à recepção crítica da obra de Mia Couto não parece ser o que se prende com uma abordagem do trabalho contextual de alcance possivelmente cultural e político apontado por esta literatura, mas sim o que procura demonstrar as potencialidades do português europeu salientadas pela escrita deste autor. No entanto, perspetivações críticas deste género permanecem vinculadas a uma dicotomia epistemológica determinada pela observação da fisionomia da escrita de Couto como um fenómeno disjunto do contexto espaço/temporal no qual se inscreve, desembocando, por conseguinte, num processo de *exotização da diferença*. Aliás, no que diz respeito ao horizonte de recepção da escrita de Mia Couto, as estratégias de observação desta fisionomia linguística parecem repartidas entre dinâmicas *assimilantes* e *exóticas*, salientando todas as peculiaridades de uma *recepção* e de uma *fortuna* que não deixa de proporcionar ambiguidades e, logo de se basear em equívocos crítico-teóricos significativos.¹⁴

Ao mesmo tempo, falando de *fortuna ambígua* não é apenas num horizonte de recepção europeu que a escrita de Mia Couto se torna problemática, tendo suscitado, desde logo, reacções controversas no próprio contexto moçambicano.

Mia Couto: Eu fui questionado, fui quase julgado. Havia várias contestações e uma destas era a de que eu estava revelando uma fragilidade, estava demonstrando que os moçambicanos, afinal, não sabem falar e escrever o bom português. Isto derivava de um certo sentimento colonizante que se traduz no facto de que era preciso demonstrar ao outro – o ex-colonizador – que eu era capaz de manejar este instrumento que é a língua portuguesa. [...] Ao mesmo tempo, há uma nação que se

¹¹ A obsessão pela fisionomia linguística da escrita de Mia Couto apontada por Phillip Rothwell fundamenta-se na observação da obra literária de Mia Couto como *exercício linguístico*, determinando o desfavorecimento de outras leituras da obra deste autor.

¹² A definição de *logoteta* foi originariamente formulada em relação à escrita de Luandino Vieira e é da autoria de Salvato Trigo (1981); continua a representar uma formulação teórica recorrente sobretudo em relação a certos autores; para a designação de Mia Couto *logoteta* veja-se Fernanda Cavacas (2002).

¹³ Pense-se, por exemplo, na enorme quantidade de trabalhos académicos — tais como teses de mestrado e doutoramento — que abordam e analisam a fisionomia linguística da escrita deste autor; a este propósito veja-se o artigo de Fátima Mendonça “Mia Couto, le mal-aimé” (Mendonça, 2008b).

¹⁴ No que diz respeito à ambiguidade que parece caracterizar a *recepção* da obra de Mia Couto veja-se Fátima Mendonça (Mendonça, 2008b).

tem que formar e há que cortar laços e uma maneira importante ou melhor o campo principal em que se tem que fazer isto é exactamente na *língua do outro*, a *língua portuguesa* (Brugioni, 2010).

Ao contrário do contexto português, a recepção crítica moçambicana parece questionar a dimensão da autenticidade linguística e cultural que a obra de Mia Couto representa. Observando, por exemplo, o debate surgido em Maputo aquando da publicação de *Vozes Anotadas* (Couto, 1986) algumas das intervenções críticas ocorridas nas diferentes revistas literárias moçambicanas encaram a subversão linguística da escrita de Mia Couto como uma operação sem “fundamento real: [que] nem segue o povo nem a gramática banto” (Manjate, 1988: 44) salientando, deste modo, a falta de legitimidade da operação criativa proposta pelo autor. Em geral, enquanto a recepção portuguesa parece contribuir à definição de um “exótico pós-colonial” (Huggan, 2001) – que no caso dos contextos pós-coloniais de língua oficial portuguesa poderá relacionar-se com o dispositivo ideológico *luso-tropicalista* – a moçambicana levanta questões que se prendem com um certo essencialismo cultural fundamentado por um conflito entre o que é “próprio” e que é do “outro” (Mendonça, 2008a) e encarando, por vezes, o texto literário como o lugar de enunciação de uma *moçambicanidade* que se pretende *autêntica*. Todavia, ambos os posicionamentos são pautados por uma abordagem à literatura que subentende e, ao mesmo tempo, projecta uma noção identitária reificada sem reconhecer à escrita literária em geral e mais em particular à de Mia Couto a prerrogativa “mundana” – *worldly* – (Said, 2004) que, em rigor, esta literatura parece propor e conter. No entanto, uma *leitura mundana*¹⁵ das subversões linguísticas desta escrita torna-se o imperativo epistemológico matricial para desconstruir as dicotomias que pautam a recepção exógena e endógena da obra de Mia Couto, proporcionando deste modo uma prática crítica integrativa capaz de “resistir ao modelo de pensamento dicotómico que todavia caracteriza o nosso tempo” (Said, 2004). Por outras palavras, uma análise da recepção crítica da obra de Mia Couto pode representar um ponto de partida para uma reflexão de mais amplo fôlego que se prende com as dinâmicas de afirmação e recepção de propostas literárias e culturais que se inscrevem num espaço de *alteridade*, convocando simultaneamente *histórias*, *memórias* e *relações* inéditas cuja leitura parece sugerir uma reconfiguração do que por norma se define como prática humanística. Por conseguinte, a *representação* como prática problematizante e seminal do espaço literário surge como um desafio teórico e, logo, como um “dilema

¹⁵ Com *leitura mundana* pretendo apontar para as implicações epistemológicas do conceito de mundanidade formulado por Edward Said (2004).

epistemológico” (Said, 2008) a partir do qual sobressai a necessidade de questionar os paradigmas que edificam o léxico da nossa contemporaneidade.

3. LÍNGUA(S): LOGO-CENTRISMO E COMUNIDADE

Há séculos que o idioma lusitano é um filho mestiço de namoros feitos entre as duas margens do Mediterrâneo (Mia Couto, 2007a)

Uma observação situada da *diferença* que caracteriza a escrita de Mia Couto proporciona uma reflexão crítica crucial para a desconstrução das dicotomias epistémicas que pautam a própria partilha do idioma português. Por outras palavras, uma leitura da fisionomia linguística da escrita deste autor pode tornar-se o ponto de partida para repensar *sujeitos*, *contextos* e *relações* subjacentes à própria ideia de *lusofonia*. Aliás, a “comunidade imaginada” (Anderson, 1991) como construção ideológica edificada a partir de uma sobreposição entre *nação* e *império* e, de certa forma, subjacente às organizações internacionais de índole linguística – como, por exemplo, a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa [CPLP] – parece desempenhar o papel do “império da geolinguística compensatória” (Almeida, 2006) revelando em diferentes instâncias uma fenomenologia, sem dúvida, problemática. A este propósito, o “drama bufo luso-brasileiro” (Santos, 2008) ocorrido aquando do Novo Acordo Ortográfico representa um exemplo paradigmático de como a questão da língua, e logo a sua partilha, revela todavia a persistência de uma dicotomia *centro/periferias* ou *colonizado/colonizador* ainda marcante e por resolver. Ao mesmo tempo, a inscrição na língua de valores como pertença, pátria e soberania é posto em causa pela complexidade dos contextos envolvidos nestas construções comunitárias e mais ainda pelas relações de poder que são vinculadas pela própria partilha linguística.

Todos nos lembramos como certos sectores da política portuguesa entraram em pânico com a adesão de Moçambique à Commonwealth. O que se passava? Os moçambicanos haviam traído a sua fidelidade ao idioma luso? As reacções de algumas facções foram de tal modo excessivas que só podiam ser explicadas por um sentimento de perda de um antigo império. A exemplo da síndrome do marido traído que, não reconhecendo autonomia e maioria na ex-mulher, sempre se pergunta: com quem é que ela anda agora? Moçambique andaria, assim, com o inglês. Não se apenas tratava de adultério mas ainda por cima que mau gosto, logo um inglês, com todos os fantasmas históricos que isso comportava (Couto, 2009).

No que diz respeito às relações que se vão estabelecendo entre diferentes contextos e sujeitos envolvidos neste universo cartografado como *lusófono* estas apontam para uma falta de descolonização simbólica que caracteriza a partilha do idioma como derradeiro e indelével *rasto do império*. O que, numa perspectiva geral, é observado segundo os princípios dicotómicos de inclusão/exclusão, no que diz respeito ao contexto literário parece desembocar na construção de uma especificidade edificada a partir dos processos típicos da *assimilação* ou ainda da *exotização*. Isto é, em termos de produção e representação cultural, o paradigma lusófono ou melhor luso-cêntrico – que, numa perspectiva literária convoca, de imediato, noções como *cânone* e *património* – parece funcional a uma dialéctica domesticação/exotização de um conjunto de subversões que, por outro lado, visam desconstruir as relações de poder veiculadas e apontadas pela língua portuguesa. Em geral, este processo de recepção salienta a incapacidade de encarar esta diferença – que em relação à língua poderá configurar-se como uma *difracção polifónica*¹⁶ – na perspectiva de uma condição necessária e indispensável para ultrapassar “os fantasmas e as fantasias” (Ribeiro e Ferreira, 2003) do império perdido. Uma diferença que aliás constitui o pressuposto indispensável para a edificação de *logo-fonias* que se situem para além da “utopia abortada” (Raharimanana, 2007) ou ainda do “abuso” (idem) e, logo, que não representem “o último avatar de um novo colonialismo” (Manifeste, 2007).

No entanto, o questionamento crítico e, logo, a reconfiguração epistemológica que se prendem com a categoria de comunidade logo-cêntrica pode ser desenvolvido a partir dos próprios textos literários que parecem oferecer configurações inéditas no que diz respeito aos paradigmas que pautam a ideologia subjacentes a estas categorizações. Aliás, uma lusofonia *híbrida e mestiça ab horigem* (Couto, 2007a) cabe naqueles fenómenos de subversão que inviabilizam a ideia de uma comunidade que se fundamenta no paradigma essencialista do “*ser comum*”. Num plano teórico, o que surge por esta problematização do comunitário é uma noção de *comunidade débil*, inoperosa, désœuvrée (Nancy, 1992) não fundamentada por valores de pertença ou homogeneidade identitária mas que se mostra como “ser singular plural” (Nancy, 1995).

A diferença desta articulação crítica reside no carácter permanentemente incompleto, não homogéneo, dinâmico, no sentido de sujeito a constantes

¹⁶ Com esta designação, edificada a partir de dois conceitos distintos e não imediatamente coerentes, pretendo apontar para uma dimensão fenomenológica – por via da metáfora visual da *difracção* – convocando, ao mesmo tempo, a noção de *polifonia* tal como esta é conceitualmente definida por Bakhtin. Por via desta designação são chamadas em causa perspetivações crítico-conceituais diferenciadas que, em geral, visam salientar não apenas a transformação substancial e sistémica da língua, mas também a emblematicidade da sua configuração e percepção simbólica.

transformações, da ideia de comunidade; ela portanto não encontra seu princípio na construção, mas na incompletude, uma comunidade estruturada na falta, portanto *désœuvrée*, inoperosa, sem obra. (Vecchi, 2010b)

Neste sentido, a ideologia subjacente à noção – conceptual e pragmática – de lusofonia liberta-se do passado nostálgico e das suas projecções essencialistas, configurando o conceito de comunidade como uma “articulação contínua de singularidades” (Vecchi, 2010b) e o texto literário como “lugar político onde dar forma – “figura” – à ideia de comunidade inoperosa” (idem). No caso do “espaço-tempo da língua portuguesa” (Santos, 2001), a operacionalização da noção de comunidade inoperosa passa forçosamente pela desconstrução do paradigma luso-tropicalista por norma subjacente ao conceito de lusofonia como essência, apontando para um processo de desmontagem ideológica do edifício imperial. Inviabilizando este dispositivo *logo-tropical* o aparato conceptual subjacente à partilha linguística na sua dimensão simbólica e pragmática configura-se como um espaço plural e imanente, onde as relações não são reguladas pela lógica centro/periferias mas sim por uma multiplicidade de direcções dentro de um espaço limiar, fragmentário e anti-hegemónico, reconstituindo a figura comunitária como paradigma das *traduções pós-coloniais*.

4. ITINERÁRIOS CRÍTICOS E EPISTEMOLOGIAS

Sempre que aflora, de um modo ou do outro, a questão da língua, significa que se está a impor uma série de outros problemas: a formação e a ampliação das classes dirigentes, a necessidade de estabelecer relações mais íntimas e seguras entre os grupos dirigentes e da massa popular-nacional, ou seja, de reorganizar a hegemonia cultural (Gramsci, 2007).

Este percurso de reflexão sobre a fisionomia linguística na escrita de Mia Couto proporciona solicitações crítico-teóricas e, logo, um léxico epistemológico que não se torna operacional apenas para a leitura da obra literária deste autor mas configura-se como o esboço de um itinerário crítico para a observação de algumas problemáticas matriciais nas chamadas literaturas africanas homóglotas.

Em primeiro lugar, a questão da língua – que permanece central nas propostas literárias africanas eurófonas – destaca-se como uma instância crucial no que diz respeito às problematizações para as quais aponta e logo aos quadros teóricos que parece sugerir. Destacando a categoria da *tradução* como praxis criativa e pressuposto operacional subjacente às escritas literárias africanas homóglotas, uma constelação

conceptual específicas parece surgir, proporcionando uma reflexão em torno de algumas instâncias críticas complexas. Neste sentido, a reflexão teórica pode focar-se já não nas fisionomias mais ou menos inéditas que pautam os diferentes regimes de escrita mas sim na dimensão *potencial* que caracteriza a língua de um ponto de vista ontológico, salientando especialmente relações problematizantes tais como *escrita e oralidade* ou ainda *voz e palavra* numa perspetivação pós-colonial. Aliás, por via da noção de *tradução* resolve-se a aparente dicotomia entre repertórios orais e textualidades escritas, configurando o texto literário como lugar fundador de um *terceiro código* (Zabus, 2007), fruto de uma prática de transformação forçosamente estruturada numa lógica de *restos e perdas*, e fenomenologicamente marcada por uma fisionomia *potencial* e, ao mesmo tempo, *residuária*. A “língua-resto” (Vecchi, 2004) que surge por via desta perspetivação teórica configura-se como lugar onde “se perdeu por inteiro (...) a dialéctica entre anomia e norma” (idem) respondendo ao uso de um “língua morta” (Agamben, 1982; 1998). A perspetivação crítica que envolve a noção de *língua morta* não só permite sublinhar as potencialidades da linguagem no discurso literário, inviabilizando um conjunto de dicotomias epistemológicas marcantes especialmente no que diz respeito ao aparato crítico das literaturas africanas homoglotas, mas possibilita a definição da língua como *excepção pós-colonial*. Por outras palavras, tendo em conta o dispositivo ideológico comunitário que a língua numa situação pós-colonial subentende e, simultaneamente, desconstrói, o conceito de *estado de excepção* salienta a complexa rede de relações que se estabelecem na língua no que diz respeito aos fenómenos de inclusão e exclusão que ela própria produz e através dos quais é também observada. Procurando reflectir em torno da relação *língua/literatura/excepção* destaca-se uma linha crítica contígua à que surge na reconfiguração epistemológica específica para ler a literatura da guerra colonial:

A literatura da guerra colonial, como ocorre com as literaturas em processo de pós-colonização, dá corpo (textual) e voz (narrativa ou poética) ao dispositivo da excepção mostrando morfologicamente, ou seja, pela língua, o seu funcionamento, expondo assim os mecanismos internos menos visíveis, portanto mais perigosos, para tecer um véu ambíguo e impalpável – «um novo encoberto», para citar uma definição de Margarida Ribeiro do luso-tropicalismo (Ribeiro, 2004: 151), ou o «Encoberto do século XX» (Ana Calapez Gomes) – nos simulacros imperiais (Vecchi, 2010a).

O desvendamento através da língua de fenómenos que nela se fundam para a ultrapassar torna-se um dos pressupostos críticos matriciais no que diz respeito à uma redefinição epistemológica em torno das literaturas africanas homoglotas, sugerindo a

desconstrução dos paradigmas dicotómicos através dos quais se observa a dimensão linguística e os seus desdobramentos fenomenológicos e conceptuais. A configuração do texto literário como lugar da *excepção* convoca um aparato crítico inédito e, ao mesmo tempo, seminal para a observação da intervenção literária como uma prática cultural situada – “topográfica” (Derrida, 1967) – e logo como um “espaço de construção e negociação da diferença cultural” (Santos, 2001) cujas implicações desdobram-se em dimensões sociais e políticas específicas. A este propósito, um itinerário crítico que se debruça sobre a questão linguística a partir da sua fenomenologia literária constituída neste estudo pela escrita de um autor como Mia Couto, configura-se como um “exemplo” (Agamben, 1995) para uma reflexão crítica e, logo, política em torno dos discursos e das performatividades que pautam o “pós-colonialismo no espaço-tempo de língua oficial portuguesa” (Santos, 2001).

ELENA BRUGIONI

Investigadora Doutorada do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM e bolsreira de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o projecto “*Provincianizando o Cânone. O questionamento das grandes narrativas europeias em literaturas homóglotas*” [SFRH/BPD/62885/2009], tendo por orientadores Ana Gabriela Macedo (Universidade do Minho) e Roberto Vecchi (Università di Bologna). Contacto: ebrugioni@ilch.uminho.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achebe, Chinua (1975), “The African Writer and the English Language”, in *Chinua Achebe, Morning Yet on Creation Day*. London: Heinmann, 55-62.
- Agamben, Giorgio (1982), *Il linguaggio e la morte. Un seminario sul luogo della negatività*. Torino: Einaudi.
- Agamben, Giorgio (1995), *Homo Sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi.
- Agamben, Giorgio (1998), *Quel che resta di Auschwitz. L'archivio e il testimone*. Milano: Bollati Boringhieri.
- Albertazzi, Silvia; Maj, Barnaba; Vecchi, Roberto (orgs.) (2004), *Periferie della storia. Il passato come rappresentazione nelle culture omeoglotte*. Macerata: Quodlibet.
- Almeida, Miguel Vale de (2006), “Comentário”, in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal não é um país pequeno. Contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso.
- Ashcroft, Bill (2001), *Postcolonial Transformation*. New York: Routledge.
- Basto, Maria-Benedita (2006), *A guerra das escritas. Literatura e nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Viseu: Vendaval.

- Brugioni, Elena (2010), "Uma Conversa com Mia Couto", in Elena Brugioni; Joana Passos; Andreia Sarabando; Marie-Manuelle Silva (orgs.), *Áfricas Contemporâneas – Contemporary Africas*. Famalicão: Húmus Edições.
- Cavacas, Fernanda (2002), "Mia Couto: um moçambicano que diz Moçambique em português", Tese de Doutoramento em Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. [Texto policopiado]
- Centro di Studi sulle Letterature Omeoglotte dei Paesi Extraeuropei, http://www2.lingue.unibo.it/postcolonial_studies_centre/centrehistory.htm, acedido em 15/12/2010.
- Chakrabarty, Dipesh (2000), *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Couto, Mia (1986), *Vozes Anoitecidas*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Couto, Mia (2005), *Pensatempos*. Textos de Opinião. Lisboa: Editorial Caminho.
- Couto, Mia (2007a), "Desmontando e reconstruindo a ideia de Lusofonia", *Savana*, 29 Junho.
- Couto, Mia (2007b), "Três fantasmas mudos para um orador afônico", *Educação Pública – Jornal on-line*, <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materia.asp?seq=289>, acedido em 10/01/2007.
- Couto, Mia (2009), *E se Obama fosse africano? E Outras interinvenções*. Lisboa: Caminho.
- Derrida, Jaques (1967), *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil.
- Firmino, Gregório (2002), *A "questão linguística" na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Glissant, Édouard (1990), *Poétique de la Relation. (Poétique III)*. Paris: Éditions Gallimard.
- Gonçalves, Perpétua (1996), *Português de Moçambique: Uma variedade em formação*. Maputo: Livraria Universitária e Faculdade de Letras da UEM.
- Gonçalves, Perpétua (2000), "Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique", *Via Atlântica*, IV, 214-223.
- Gramsci, Antonio (2007), *Quaderni del carcere*. Edizione critica a cura dell'Istituto Gramsci (4 vol.). Torino: Einaudi.
- Hall, Stuart (1990), "Cultural Identity and Diaspora", in John Rutherford (org.), *Identity, Community Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, 222-237.
- Huggan, Graham (2001), *The Postcolonial Exotic: Marketing the margins*. London-New York: Routledge.
- Leite, Ana Mafalda (2003), *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Manjate, Teresa (1988), "Uma Leitura de Vozes Anoitecidas", *Tempo*, 907, 43-44, Maputo.
- Manifeste (2007), "Pour une «littérature-monde» en français: le Manifeste", *Le Monde - Le Monde des Livres*, 15 de Março.
- Matusse, Gilberto (1998), *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: Livraria Universitária UEM.

- Mendonça, Fátima (2008a), "Literaturas Emergentes, Identidades e Cânone", in Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses (orgs.) (2008), *Moçambique das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 19-34.
- Mendonça, Fátima (2008b), "Mia Couto, le mal-aimé", *Études Littéraires Africaines - Autour de Mia Couto*, 25, 2008, 41-48.
- Nancy, Jean-Luc (1992), *La comunità inoperosa*. Napoli: Cronopio Edizioni.
- Nancy, Jean-Luc (1995), *Essere singolare plurale*. Torino: Einaudi.
- Ngugi wa Thiong'o (1987), *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- Raharimanana, Jean-Luc (2007), "Scritture multiple dentro un'unica lingua", *Il Manifesto*, 27 de Julho.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Ferreira, Ana Paula (2003), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.
- Rothwell, Phillip (2004), *A Postmodern Nationalist: Truth, orality and gender in the work of Mia Couto*. Lewisburg: Bucknell University Press.
- Said, Edward W. (2004), *Humanism and Democratic Criticism*. New York: Columbia University Press.
- Said, Edward W. (2008), *Nel segno dell'esilio. Riflessioni, letture e altri saggi*. Milano: Feltrinelli.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade", in Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 23-79.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008), "Libertem a Língua", *Visão*, 17 Abril 2008.
- Tavares, Ana Paula (2003), "A morfologia das palavras", *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, <http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=587>, consultado em 20/09/2007.
- Trigo, Salvato (1981), *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto: Brasília Editora.
- Vecchi, Roberto (2004), "O real como projecto poético de Elefante de Francisco Alvim", in Roberto Vecchi; Sara Rojo (orgs.), *Transliterando o Real. Diálogos sobre as representações culturais entre pesquisadores de Belo Horizonte e Bologna*. Belo Horizonte: UFMG, 55-70.
- Vecchi, Roberto (2010a), *Excepção Atlântica. Pensar a literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento.
- Vecchi, Roberto (2010b), "Patrimónios de Influência Portuguesa: política e ética da memória – Língua", conferência proferida no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Novembro de 2010.
- Zabus, Chantal (2007), *The African Palimpsest. Indigenization of Language in West African Europhone Novel*. Amsterdam-New York: Rodopi.